

Ricardo Carvalho Calero: planificador da língua galega

Bernardo Penabade Rei

-IES Perdouro. Burela-

Seguindo as indicações da organização, estruturamos esta nossa exposição em três partes. Em primeiro lugar realizaremos umha breve aproximação ao conceito *Planificación Lingüística*. A seguir, ocuparemos-nos das características gerais da planificação lingüística ideada, defendida e implementada por Carvalho Calero; e, finalmente, tentaremos mostrar a influência das suas ideias nas planificações posteriores (nomeadamente nas da Universidade e Concelho de Santiago; na do Parlamento Galego; e na do Concelho de Burela).

1. Planificación Lingüística

De acordo com B. Weinstein (1980), a Planificación Lingüística é unha tentativa de cambiar unha variedade específica dumha língua, unha língua concreta ou algum aspecto da forma em que um idioma funciona na sociedade. Mas, além da ideia de iniciativa de **transformação social**, o mesmo autor contempla outras características complementares ao mostrar a Planificación como um esforço autorizado polo governo, a longo prazo, continuado e consciente, sempre com o alvo de modificar a função dumha língua ou modalidade lingüística numha sociedade para resolver obstáculos na comunicação.

Com efeito, a Planificación Lingüística **convencional** –a que nom necessita modificadores semânticos– está estreitamente vinculada ao exercício do poder. Assim, na nossa realidade política com modelo de Estado descentralizado convivem as aplicaçoms de planificaçoms diferentes, tiverem ou nom estas formulaçom explícita. Planifica o governo do Estado; e planificam as Comunidades Autónomas (no nosso caso o Parlamento Galego e a Xunta de Galicia); as universidades; os concellos; e, inclusive, os centros educativos também podem implementar as suas próprias planificaçoms.

Todas estas entidades, com maior ou menor disponibilidad de recursos económicos e humanos, tenhem capacidade material e técnica para: 1) avaliar o estado do panorama lingüístico na área geográfica em que pretendem actuar; 2) redigir umha base programática com indicaçom de objectivos, metodologia e sequenciaçom e temporalizaçom das actuaçoms previstas; 3) tomar as decisoms pertinentes para executar o projecto segundo o programado, introduzindo as modificaçoms necessárias em funçom da aplicaçom; e 4) avaliar os resultados do processo, estudando os obstáculos e procurando soluçoms alternativas –mesmo com variaçoms programáticas– para atingir os objectivos propostos.

Embora conte com muitíssimos menos recursos económicos e técnicos, também existe a Planificação Lingüística **alternativa** ou **libertadora**, como se tem demonstrado no Canadá, em Israel, em Porto Rico e em diversas nações sem Estado de todo o mundo. Nom som esforços promovidos nem patrocinados polos governos, mas som tentativas continuadas e conscientes, a longo prazo, de modificar a situação de subordinação das línguas minorizadas. Nom som esforços publicitados polos grandes grupos mediáticos, mas sim levam consigo a força emergente das culturas nacionais e a legitimidade da tradição histórica. Precisamente por isso conseguem aglutinar contributos de pessoas altruístas –habitualmente agrupadas em colectivos sociais nom–institucionais– que disponibilizam recursos próprios –tempo e dinheiro– para elaborar os diagnósticos, redigir as bases programáticas e executar os programas de actuação que defendem a viabilidade das suas culturas. Precisamente por isso conseguem fazer História.

2. A Planificação Linguística de Carvalho Calero

Tal como a do conjunto do galeguismo político –em quaisquer das suas formulações (provincialismo, regionalismo, nacionalismo e independentismo)–, a de Carvalho Calero foi fundamentalmente umha planificação de contrapoder, entendendo esta como a planificação alternativa cujo alvo imediato é a progressiva democratização da hegemónica ou oficial, enquanto nom se conseguiu umha Planificação Lingüística feita *desde e para* o galego.

Antes de Carvalho Calero, a planificação vigorante tinha um objectivo último: o uso uniforme do castelhano em todos os territórios incluídos no Estado espanhol ou, o que é o mesmo, a substituição das diversas línguas nacionais. A meta era o monolingüismo social em castelhano e a estratégia didáctica a de imersom –integral e substitutiva– aplicada em todos os centros de ensino. Ainda, por se o método nom funcionasse, sempre ficava o recurso da imposição por via executiva. Todas aquelas pessoas nascidas antes de 1970 podemos explicar o processo «com conhecimento de causa», porque o experimentamos em primeiro plano.

A história desta planificação substitutiva é dilatada. Seguindo a doutrina de Nebrija, primeiro os áustrias e depois a monarquia borbónica aplicaram ao pé da letra o modelo imperial de «un Estado (España); una Lengua (castelhano)», mas esse modelo foi questionado continuamente. Galiza nunca assumiu o extermínio do idioma. Mostras desse rejeitamento temo-las na Ilustração, durante a francesada, no esplendor do Provincialismo, entre os clássicos do Rexurdimento e, com muita mais intensidade, durante todo o século XX. Contodo, as aproximações a umha

planificação nom foram formuladas até à altura da fundação das Irmandades da Fala. Nascia assim um movimento associativo para vertebrar a nação e apareciam as propostas programáticas para revitalizar o idioma.

Os conteúdos destas propostas afinam-se substancialmente no momento em que se cria um partido político (Partido Galeguista) e se alvisca a hipótese de exercer o poder nas instituições (entrada de vereadores nos concelhos e participação nos governos municipais; elaboração do Estatuto; e criação do futuro governo galego). Portanto, embora inicialmente as Irmandades da Fala actuassem como motor, foi o Seminário de Estudos Galegos quem serviu ao Partido Galeguista como serviço técnico para elaboração da planificação lingüística apoiando-se, isso sim, nas proclamas ideológicas dos segundo e terceiro decénios do século XX.

Nos anos 30 o panorama estaria assim: nos extremos o Estado de Primo de Rivera (Un Estado; Una Lengua) e os independentistas da Sociedade Nacionalista Ponal (Umha Língua; Um Estado); e, abrindo caminho entre o fogo cruzado, os galeguistas que procuravam umha via possibilista de aproveitamento do marco constitucional republicano para modificarem paulatinamente o panorama.

Entre estes últimos estava Carvalho Calero, que realizou planificação lingüística ao serviço do Seminário de Estudos Galegos, durante a IIª República; e mais tarde, em 1950, iniciou um sistema de ensino revolucionário com planificação alternativa à assimilista no Colégio Fingoi em Lugo (umha experiência que agora –visto o panorama– devíamos estudar mais em profundidade, por se fosse necessário recuperá-la). Também planificou em 1965, quando chegou a Compostela para inaugurar os estudos de Filologia Galega no ensino superior; e em 1979, quando Alejandro Fernández Barreiro o nomeou presidente da Comissom de Linguística do Governo Galego durante a pré-Autonomia.

Como em todas essas experiências associativas e profissionais mantivo sempre com firmeza a defesa do património cultural galego, pensamos que nom se torna difícil explicitar as características gerais do seu modelo de Planificação Lingüística. Esta está determinada fundamentalmente por dous factores:

1 A sua formação académica em Direito, Filosofia e Letras; e, mesmo, em Medicina. O professor é consciente de tratar com umha língua gravemente enferma, que só se pode recuperar após a aplicação dum processo de pedagogia social, tendo em conta o contexto político e legislativo. Nada melhor para o entender que a lei-

tura do seu célebre artigo intitulado «Umha história clínica» recolhido no livro *Letras Galegas* (Carvalho Calero 1984).

- 2 A sua experiência nos grupos de trabalho do Seminário de Estudos Galegos, nomeadamente em colaboração com Luís Tovio Fernández. Com este redigiu o articulado do anteprojecto de Estatuto de Autonomia (segundo consta em «Para a história do ordenamento jurídico da Autonomia Galega» (1985), onde o próprio Carvalho clarifica que o labor de Paz Andrade, Risco e Alexandre Bóveda foi testemunhal). Ambos os juristas novos justificaram assim a confiança que os irmãos da causa depositaram neles, mercê à sua trajectória desenvolvida na Federação Universitária, no Seminário e no Partido Galeguista.

Em todo o que nos deixou escrito com respeito à **planificação do estatus**, sempre subjaz a sua formação jurídica, o que se patenteia na aposta por umha cooficialidade com discriminação positiva. Sabe que isso é ao máximo a que se pode aspirar para fazer política institucional.

Simultaneamente, no processo de **planificação do corpus** quem destaca é o Carvalho Calero pedagogo, que elabora umha estratégia a longo prazo («De mínimos a máximos») tendo sempre presente a receptividade, de jeito que se neutralizasse a acção dos grupos de oposição. Talvez nom ter seguido mais estreitamente a sua prudência planificadora foi um dos grandes erros do nacionalismo político no período em que tivo responsabilidades de governo.

A modo de resumo, atrevo-me a fazer umha paráfrase dum texto do próprio Carvalho Calero (1985: 134) para mostrar os seus critérios de planificação. Mais do que por reproduzir umha citação, optamos por umha composição textual actualizando o discurso do original escrito polo professor:

A revitalização ou naturalização do idioma terá de realizar-se gradualmente e acomodando-se às circunstâncias espaciais em que se apresente o problema. Nom se pretende impor por decreto ou lei o galego, senom que procederá realizar o processo mediante um plano pedagógico que vaia reduzindo progressivamente a prática castelhanizante. O ritmo variará segundo o campo em que se actue, segundo a cultura do discente ou do público a quem se dirige a mensagem. Tem que haver um período de transição no qual em determinados sectores se vaia mais adiantado que noutros, para assegurar a consolidação do processo; com tal de que todos os esforços se dirijam à mesma meta. Cabe actuar no mundo editorial; na actividade jornalística sustentada na imprensa; no ensino. Os máximos, os médios e os mínimos

usos deveriam conviver, para maior eficácia da obra, segundo as situações, durante o tempo que fosse preciso.

Penso que em nengum caso a galeguizaçom nom devera ser imposta por umha pressom oficial que levasse consigo a inspecçom policíaca, a sançom administrativa ou judicial ou a repressom social do dissidente. A competência linguística terá de reafirmar-se na livre constataçom de doutrinas e práticas, devendo as autoridades governativas abster-se de assumir umha facultade de decisom que corresponde à sociedade.

3. A Planificaçom Linguística após Carvalho Calero

Após Carvalho Calero, nomeadamente no trânsito entre os séculos XX e XXI diversas entidades públicas galegas activaram esforços para contarem com planificaçom linguística própria. As iniciativas partiram das universidades –o âmbito social em que mais presente está o magistério de Carvalho Calero–, mas depois alargaram-se aos órgãos de representaçom política da cidadania: primeiro ao Concelho de Santiago, a seguir ao Parlamento da Galiza e, mais recentemente, aos Concelhos de Ferrol e Burela.

Após a iniciativa precursora da Universidade de Santiago, que aprovou o seu plano de medidas normalizadoras em 2002 (o texto estava rematado em 2001; veja-se PNUSC 2003), o plano de normalizaçom linguística do Concelho de Santiago de Compostela foi o primeiro projecto destas características impulsionado pola Administraçom local. Resultado dum trabalho que se desenvolveu desde 2001, por iniciativa do Conselho Municipal de Normalizaçom Linguística presidido por Manuel Portas (discípulo de Carvalho Calero) e que contou com a participaçom dos colectivos culturais e económicos da comarca compostelá (entre eles a AGAL, que estivo representada por Rosário Fernández Velho), o pleno municipal aprovou-no por unanimidade em Fevereiro de 2003. Com este texto legislativo referendado, conseguiam ainda mais legitimidade as medidas encaminhadas a fortalecer o uso da língua galega no próprio concelho e no relacionamento deste com a cidadania; na cultura e no desporto; na empresa; nos meios de comunicaçom; na sanidade; no ensino e a mocidade; e na religiom.

Pola sua parte, no dia 21 de Setembro de 2004, também por unanimidade, o Parlamento da Galiza aprovou o Plano Geral de Normalizaçom da Língua Galega. No seu texto recolhem-se mais de quatrocentas medidas concretas, elaboradas a partir da realidade linguística da Galiza, para favorecer o uso do idioma nos diferentes âmbitos da sociedade e garantir que qualquer pessoa pudesse viver plenamente em galego. Num primeiro bloco de objectivos pretende integrar os sectores de carácter

transversal: direitos linguísticos, novas tecnologias e implementação do corpus; no segundo –estruturado em blocos verticais–, recolhe as actuações destinadas aos sete âmbitos sociais antes citados.

A presença do espírito de Carvalho Calero no documento que recolhe o máximo avanço atingido em Galiza em matéria de Planificação Linguística manifesta-se tanto no processo de elaboração (feito por pessoas qualificadas com representação bastante plural) como no seu carácter pragmático. Embora nom fossem convocadas as entidades reintegracionistas (como sim o foram no Plano do Concelho de Santiago), herdeiras directas do magistério de Carvalho Calero, sim foi positivo que participassem mais dum cento de profissionais de todos os Âmbitos da sociedade galega, alcançando um consenso mesmo superior ao que atingira no seu dia a Lei de Normalização Linguística (1983).

Para facilitar a implementação das medidas propostas no Plano Geral aprovado polo órgão de representação do povo galego, a Xunta de Galicia promulgou três anos mais tarde o Decreto 124/2007, destinado a incrementar o uso real da língua galega no sistema educativo. Com esse mesmo fim, a Secretaria Geral de Política Linguística elaborou um manual destinado às equipas docentes para que lhes servisse como guia à hora de elaborarem a planificação linguística nos centros de ensino. Este texto, elaborado por Agustín Fernández Paz, Anxo Lorenzo e Fernando Ramallo (Fernández Paz *et alii* 2007) é o documento planificador que maior alcance social atingiu.

Mas pouco tardaram em aparecer os obstáculos no caminho da recuperação do idioma. A nossa «história clínica» registou a aparição de novos ataques virulentos. O egoísmo político de elites totalitárias dinamitou o consenso a que se chegara bem pouco antes. Como tinha acontecido à hora de afrontar a normativização do idioma, abandonaram-se as ideias e as formas de Carvalho Calero. De novo repetia-se o erro de 1982, o mesmo que a Real Academia Galega corrigia em Julho de 2003 quando já tinham decorrido mais de vinte anos perdidos.

Antes de finalizar este relatório, dada a minha condição de impulsor da iniciativa de Inovação Educativa que serviu de ponto de partida para a gestão e posterior aprovação do Modelo Burela, quero aproveitar esta ocasião para apresentar o *Proxecto de Planificación Lingüística do Concello de Burela*, aprovado por unanimidade da corporação municipal em Abril de 2008 (veja-se Bouza Orosa *et alii* 2008).

Embora esteja inspirado no plano aprovado pola corporaçom de Santiago cinco anos antes, o «Modelo Burela» apresenta determinadas particularidades tanto no processo de elaboraçom como nas metas a conseguir. A planificaçom linguística neste caso parte da experiênci pedagógica posta em andamento no curso 2004-05. No momento de se iniciar a redaçom do texto (em Novembro de 2007), a iniciativa pedagógica já estava sendo aplicada desde havia três anos, um período de tempo suficiente para que se conhecesse a operatividade da metodologia e para que se obtivessem os primeiros resultados. A comissom a que se lhe encomendou a redaçom do texto a apresentar ao pleno estava composta por seis pessoas: um representante do centro de ensino e cinco do conjunto das três forças da corporaçom. Umha primeira aproximaçom ao texto final foi apresentada aos grupos políticos e às entidades sociais da vila, abrindo um processo de emendas ou acréscimos. Só depois foi apresentada ao pleno, em que foi aprovado sem debate, porque este já se tinha dado previamente (durante o processo de redaçom).

A respeito dos conteúdos, a planificaçom de Burela está referida ao conjunto das línguas da cidadania assentada no termo municipal enquanto os planos aprovados polo Concelho de Santiago e polo Parlamento están pensados exclusivamente para a normalizaçom do idioma galego. Noutras palavras: no processo de transformaçom social posto em prática em Burela pretende-se que o galego tenha o estatuto de língua de coesom social, de elemento comum a todas as comunidades assentadas na localidade, ao tempo que se promove o uso das línguas nacionais das comunidades procedentes doutras latitudes e que se estimulam conhecimento e uso fluído doutros idiomas internacionais, nomeadamente entre as pessoas jovens. Neste sentido, o «Modelo Burela» é umha aposta de futuro, como o foram também as de Ricardo Carvalho Calero.

Referências bibliográficas

Bouza Orosa, L. *et alii* (2008): *Proxecto de Planificación Lingüística do Concello de Burela* (Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega). Disponível em: http://www.consellodacultura.org/arquivos/cdsg/docs/Planificacionlinguistica_Bruela_sintese.pdf.

Carvalho Calero, R. (1984): *Letras Galegas* (A Coruña: Associação Galega da Língua).

Carvalho Calero, R. (1985): «O problema ortográfico» *Agália* 2, 134.

Fernández Paz, A. *et alii* (2007): *Guía práctica para a planificación lingüística nos centros educativos* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia).

PNUSC 2003 = VV. AA. (2003): *Plan de normalización lingüística da Universidade de Santiago* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela). Disponível em: <http://www.usc.es/estaticos/normativa/pdf/Plandenormalizacionlinguistica.pdf>.

Weinstein, B. (1980): *Language Problems and Language Planning* (Austin: University of Texas Press).